



PRIMEIRO MINISTRO

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
KAY RALA XANANA GUSMÃO,
NA REUNIÃO E ALMOÇO MINISTERIAL DE ALTO NÍVEL SOBRE PAZ E
INSTITUIÇÕES CAPAZES COMO OBJECTIVOS AUTÓNOMOS NA
AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015**

Nova Iorque

22 de Setembro de 2014

Distintos convidados
Senhoras e senhores,

Estamos todos aqui reunidos hoje porque estamos comprometidos com o desenvolvimento humano, com a erradicação da pobreza e em garantir um futuro sustentável.

O mundo deu um grande passo em frente no ano 2000, quando a Organização das Nações Unidas acordou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os ODM concentraram o esforço de desenvolvimento global na concretização de oito objectivos que abordavam a pobreza, a educação, o género, a mortalidade infantil, a saúde materna, a doença, a sustentabilidade ambiental e o financiamento do desenvolvimento. Desde a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio temos assistido a um progresso humano sem precedentes.

Vimos centenas de milhões de pessoas a saírem da pobreza e assistimos à melhoria dos resultados nas áreas da saúde e da educação em muitos países do mundo.

Todavia, é importante ter presente que grande parte deste progresso não se deve ao esforço de desenvolvimento global mas sim ao crescimento da Ásia, e sobretudo da China.

Mais importante ainda é referir que continua a haver 2,2 mil milhões de pessoas a viver em nações frágeis e afectadas por conflitos – nações que não irão concretizar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio até 2015.

O factor comum em muitas das nações que ficam para trás, apesar da iniciativa dos ODM, é o conflito. Por vezes uma verdade é tão óbvia que é fácil ignorá-la. A verdade é que aprendemos às nossas custas, em Timor-Leste, que é necessário existir paz antes sequer de se poder começar a reconstruir um Estado.

Senhoras e senhores, nenhum dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio abordou esta verdade fundamental.

Precisamos garantir que não ignoramos o óbvio enquanto trabalhamos juntos para formular a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Estou muito satisfeito por constatar que um dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável sugeridos pelo *Open Working Group* diz respeito à paz.

O Objectivo de Desenvolvimento Sustentável N.º 16 é: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas em prol de um desenvolvimento sustentável, garantir acesso à justiça para todos e criar instituições efectivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.”

Este é um passo em frente muito positivo, porém creio que deveria ter sido o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável N.º 1 e não o N.º 16, já que nenhum dos outros dezasseis objectivos será concretizável se não existir paz e se não houver instituições estatais efectivas.

Permitam-me partilhar convosco algumas das verdades ‘difíceis’ que aprendemos em Timor-Leste, para que fique claro o que estou a tentar explicar.

Em primeiro lugar, ainda que tenhamos feito progressos assinaláveis em muitas áreas, não estamos em vias de atingir os alvos estabelecidos sob nenhum dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Talvez parte da razão para tal se prenda com o facto de sermos uma nação muito jovem. Na verdade, somos mais jovens que os próprios Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, uma vez que só conquistámos a nossa independência em 2002, após uma guerra de resistência que se prolongou por quase um quarto de século.

Porém, outra parte da razão é que após a independência, e pese embora a vasta assistência que recebemos da comunidade internacional, vimo-nos embrenhados num ciclo de violência e de perturbações. Em 2006 enfrentámos a nossa maior crise, com secções da nossa polícia e do nosso exército a recorrer ao conflito armado e a levar-nos ao limiar da guerra civil. A crise varreu anos de progresso de desenvolvimento e fez-nos perceber que o nosso problema não era sermos pobres, mas sim termos instituições fracas.

As crianças deixaram de ir à escola, os postos de saúde ficaram vazios porque as pessoas tinham medo de fazer o percurso até eles, a nossa economia estava a estagnar porque o Governo deixou de funcionar e os investidores nacionais fugiram. Cerca de 150.000 timorenses tornaram-se deslocados no seu próprio país, em resultado de estarem demasiado receosos para regressar às suas aldeias.

Após muita reflexão nacional decidimos que a nossa prioridade número um tinha de ser a resolução pacífica dos nossos diferendos. Compreendemos que não é possível haver desenvolvimento no meio do caos. Percebemos que sem paz estaríamos a trair os sonhos de todos aqueles que morreram para que Timor-Leste pudesse vir a ser independente. E percebemos que sem paz estaríamos a falhar com os nossos filhos.

Assim, iniciámos um processo de diálogo. Convencemos os nossos soldados rebeldes nas montanhas a renderem-se de forma pacífica. Os nossos amigos aqui nas Nações Unidas disseram que seria preciso uma década para resolver a questão dos deslocados internos, porém, passados dois anos, as tendas tinham desaparecido e todos os deslocados tinham regressado às suas aldeias.

E começámos a reconstruir as nossas instituições estatais. É certo que temos ainda um longo caminho a percorrer, porém basta pensar em como estava Díli há oito anos e ver como a cidade está hoje para perceber que estamos no bom caminho e que fizemos progressos notáveis.

Senhoras e senhores,

Enquanto procurávamos consolidar a paz e construir as nossas instituições, descobrimos que a nossa experiência não era única. Existiam outras nações espalhadas pelo mundo que eram frágeis, estavam afectadas por conflitos e não estavam em vias de concretizar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Assim sendo, formámos o g7+, um grupo de nações frágeis e afectadas por conflitos, a fim de podermos falar a uma só voz. O g7+ representa actualmente 20 nações que aprenderam às suas custas que um quadro de desenvolvimento global não funciona caso não incida na construção da paz e na construção do Estado.

Infelizmente a crise no Sudão do Sul é o exemplo mais recente de como o conflito pode destruir a esperança do progresso de desenvolvimento. É também um exemplo do falhanço das instituições estatais.

Temos igualmente a crise do ébola a afectar as nações da África Ocidental e a deixar bem clara a necessidade vital de haver instituições capazes para lidar com um fenómeno que se pode vir a tornar uma crise de saúde global.

Quero dizer aqui que Timor-Leste irá contribuir com 1 milhão de dólares para ajudar as nações da África Ocidental, membros do g7+, a lidar com a crise do ébola.

Assistimos ainda ao desenrolar de eventos perturbadores no Médio Oriente, comprovando a necessidade de paz e de governos devidamente funcionais.

Precisamos também de questionar sobre quem lucra com os conflitos em nações em vias de desenvolvimento. A resposta é simples: são as corporações que fabricam e vendem as armas. É preciso haver uma acção colectiva no âmbito das Nações Unidas para monitorizar e investigar devidamente quem lucra com os conflitos.

Senhoras e senhores,

Se estamos a falar a sério relativamente aos objectivos de desenvolvimento sustentável que tenham um impacto transformador no desenvolvimento humano e na paz e segurança a nível global, precisamos ter um objectivo autónomo que aborde a construção da paz e a criação de instituições efectivas, responsáveis e inclusivas.

Apelo à comunidade internacional para que abrace este objectivo, de modo a que possamos garantir que a agenda de desenvolvimento global não deixa para trás nenhuma nação e nenhum povo.

Assim, numa altura em que olhamos para o futuro, faço votos para que o nosso objectivo máximo seja garantir a paz a nível global, regional e nacional.

Porque não é possível haver desenvolvimento sustentável sem haver paz.

Muito obrigado.

22 de Setembro de 2014
Kay Rala Xanana Gusmão